

MENSAGEM Nº 508

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Os méritos do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de setembro de 2020.

EM nº 00135/2020 MRE

Brasília, 1 de Setembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de SÉRGIO FRANÇA DANESE, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de SÉRGIO FRANÇA DANESE para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 542/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 09/09/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2105886** e o código CRC **5AFD7333** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004833/2020-91

SEI nº 2105886

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *SÉRGIO FRANÇA DANESE*

CPF.: 238.613.981-68

ID.: 5381929 SSP-SP

1954 Filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese, nasce em 22 de dezembro, em São Paulo-SP

Dados Acadêmicos:

1976 Bacharel em Letras Modernas - Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

1979 Curso de pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México

1981 CPCD - IRBr

1985 CAD - IRBr

1997 CAE - IRBr - "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira"

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário

1984 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1978-79 Embaixada no México, auxiliar local

1981-85 Divisão da América Meridional I, assistente

1982-87 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de História Diplomática do Brasil

1982 Instituto Rio Branco, Professor de Literatura Hispano-Americana

1984 Embaixada em La Paz, missão transitória

1985-87 Presidência da República, Gabinete Civil, Assessoria Internacional do Presidente da República, Assessor

1987-90 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1990-92 Embaixada no México, Primeiro-Secretário

1992-93 Secretaria-Geral de Política Exterior, Assessor

1993-96 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea

1993-94 Presidência da República, Secretaria da Administração Federal, Assessor Especial, lotado no Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

1994 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Assessor Especial e Porta-Voz

1994-96 Instituto Rio Branco, Professor de História Diplomática do Brasil

1994-95 Ministério da Fazenda, Assessor e Porta-Voz

1995-96 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador Executivo e Subchefe para Assuntos Políticos

1996-98 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe e Porta-Voz

1998-00 Embaixada em Paris, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2000-05	Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005-09	Embaixada em Argel, Embaixador
2009-12	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Assessor Especial
2012-15	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
2012	XIV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Brasília, Chefe de Delegação
2012	III Reunião Consular de Alto Nível Brasil-Espanha, Madri, Chefe de Delegação
2012	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Vistos, Washington, Chefe de Delegação
2013	V Reunião do Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias Brasil-França, Paris, Chefe de Delegação
2013	Reunião Brasil-Reino Unido sobre Temas Consulares e Jurídicos, Londres, Chefe de Delegação
2013	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Canadá sobre Mobilidade, Brasília, Chefe de Delegação
2013	IV Conferência "Brasileiros no Mundo", Praia do Forte, Bahia, moderador e Chefe de Delegação
2014	I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2015-16	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
2015	XV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Washington, Chefe de Delegação
2015	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2016-	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador

Publicações:

	Livros - Política externa brasileira e relações internacionais:
1999	Diplomacia presidencial. História e crítica. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Topbooks;
2009	A escola da liderança. Ensaios de história e política externa brasileira. Rio de Janeiro: Record;
2017	Diplomacia presidencial. História e crítica. 2a. ed. revista. Apresentação de Rubens Ricupero. Prefácio de Celso Lafer. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão;
	Livros - ficção:
1994	A história verdadeira do Pássaro-Dodô. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993; 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998 (Ficção infanto-juvenil). Prêmio Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil;
2003	A sombra do meio-dia. Rio de Janeiro: Topbooks (novela curta);
2017	O outro lado da Lua. Rio de Janeiro: Topbooks (novela curta);
	Livros - organização/edição:
1989	Vários – Ensaios de história diplomática do Brasil. Introdução de Rubens Ricupero. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI (cadernos do IPRI) (organizador);
1994	Ricupero, Rubens – Visões do Brasil. Rio de Janeiro: Record (organizador);
1998	Ricupero, Rubens – O ponto ótimo da crise. Rio de Janeiro: Revan (organização e introdução - "Um olhar brasileiro sobre o mundo");
	Principais artigos:
1979	"Sobre Gouverneurs de la rosée" in: Thesis. Nueva revista de Filosofía y Letras, nº 2, abril-junho de 1979;
1979	"Sobre la narrativa social en América Latina" in: Língua e Literatura, nº 8;
1984	"A diplomacia da República Velha: uma perspectiva" in: Revista brasileira de política internacional. Ano XXVII, 105-108;
1987	"Os novos estados como novos atores nas relações internacionais" in: Revista de Informação Legislativa. Ano 24, nº 96;
1999	"A diplomacia presidencial na política externa brasileira" in: Carta Internacional, ano VII, nº 72;
1999	"A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil" in: Política externa, vol. 8, nº 1;
2001	"O Brasil e a América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência" in: Política externa, vol. 9, nº 4;

- 2001 “¿Liderazgo brasileño?” in: Foreign affairs en español, vol. 1, nº 3;
2010 “Um anônimo da Nova República” in Ricupero, Rubens - Diário de bordo. A viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial.

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
Cruz do Mérito, Alemanha, Oficial
Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Comendador
Ordem Nacional de Bernardo O`Higgins, Chile, Comendador
Legião de Honra, França, Comendador
Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
Ordem Nacional da Itália, Comendador
Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
Ordem Nacional da Águia Azteca, México, Comendador
Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador
Ordem Nacional do Suriname, Comendador
Ordem do Mérito Simón Bolívar, Venezuela, Comendador

LUIS PINTO COSTA

Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ÁFRICA DO SUL



OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maior de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Brasil e África do Sul possuem intensa agenda bilateral, marcada pela elevação, há dez anos, ao nível de “Parceria Estratégica” (no continente africano, apenas África do Sul e Angola possuem este nível de parceria com o Brasil). Na pauta do relacionamento, estão temas de defesa e segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados.

Os dois países têm histórico recente de encontros bilaterais de alto nível. Em janeiro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Cyril Ramaphosa à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos. Em maio do mesmo ano, o Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, representou o Sr. Presidente da República na cerimônia de posse do segundo mandato de Ramaphosa. O Presidente Bolsonaro e o Presidente Ramaphosa voltaram a encontrar-se, ainda, na Cúpula do G20, em Osaka, em junho de 2019, e à margem da Cúpula dos BRICS, em Brasília, em novembro de 2019. Em julho de 2019, o Chanceler Ernesto Araújo e a Ministra Naledi Pandor mantiveram reunião bilateral à margem do BRICS, no Rio de Janeiro.

Em 17 e 18/10/2019, realizou-se, em Pretória, a VI Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista) Brasil-África do Sul. Dentre os principais resultados da reunião, destaca-se a confirmação do interesse das partes em aprofundar o relacionamento. Busca-se a realização de nova edição da Comista, em Brasília, em 2020, no contexto dos dez anos da parceria estratégica bilateral.

Brasil e África do Sul mantêm abertos os canais de diálogo em foros multilaterais e mantêm constante apoio mútuo a suas candidaturas em organismos internacionais. Exemplos recentes dessa concertação são os pleitos exitosos de ambos países para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Atestado da densidade dos laços bilaterais foram as recentes operações de repatriação de mais de 850 cidadãos brasileiros retidos na África do Sul e de 61 nacionais sul-africanos impedidos de sair do Brasil por conta da pandemia de COVID-19.

O sucesso desse trabalho levou a que a Ministra Pandor transmitisse seu agradecimento à Embaixada do Brasil em Pretória pelo apoio das autoridades brasileiras durante tal processo, apreço que Pandor já havia também manifestado publicamente ao governo brasileiro em 08/04, em entrevista à rede de televisão SABC News. Segundo a mensagem da Ministra, essa cooperação foi uma demonstração prática, de aspecto humanitário e de impacto público, das excelentes relações entre os dois países.

COOPERAÇÃO EM DEFESA E EM ENERGIA NUCLEAR

Em 2006, teve início o projeto “A-Darter”, para desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, conduzido pelo grupo estatal sul-africano Denel e pelas empresas brasileiras Avibrás e Mectron. O míssil, em fase final de testes, deverá permitir o domínio de tecnologias e independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar.

Já foram concluídas as negociações do acordo bilateral sobre mísseis ar-ar, que constituirá a base legal internacional para produção e venda desses armamentos.

Está em fase final de negociação o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O instrumento contribuiria para o fornecimento de molibdênio-99 (utilizado em exames diagnósticos na detecção de câncer) ao Brasil de modo seguro, previsível e contínuo; o aprendizado de técnicas científicas e modelos organizacionais; e a programas de cooperação com a Marinha.

Estão sendo negociados, ainda, acordo para proteção mútua de informação classificada e a emenda, por troca de notas, ao Acordo de cooperação em matéria de defesa.

Na VI Comista, decidiu-se pela realização, em 2020, da próxima reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-África do Sul. Segue pendente de resposta sul-africana a proposta brasileira de constituição de Diálogo Estratégico em Defesa (Mecanismo 2 + 2).

Os exercícios navais bienais Ibsamar (Índia, Brasil e África do Sul), realizados em águas sul-africanas, têm sido importantes para a troca de experiências entre as três marinhas nacionais.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

O Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal encontra-se pronto para assinatura.

O Tratado de Extradição igualmente encontra-se pronto para ser firmado. Em março de 2020, o governo sul-africano reagiu favoravelmente à assinatura, e o texto foi enviado ao Coordenador de Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). No decorrer de 2020, deverá visitar o Brasil o Comissário Nacional de Serviços Correcionais da África do Sul, Arthur Fraser.

Recentemente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou à Embaixada em Pretória versão com comentários brasileiros a proposta de Memorando de Entendimento entre a PGR e a “National Prosecuting Authority” (NPA). A assinatura do instrumento estava prevista para ocorrer durante o 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção e do Crime e Justiça Penal, o qual, contudo, foi cancelado, por conta da pandemia de COVID-19. A NPA manifestou vivo interesse em encontrar, assim que possível, ocasião para o encontro entre os chefes das Procuradorias dos dois países que possibilite a conclusão do MdE.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na VI Comista, indagada pelo lado brasileiro, a parte sul-africana manifestou a possibilidade de assinar o Acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação antes da realização da 2ª reunião do Comitê Conjunto de Cooperação Científica e Tecnológica (CCCCT), proposta, pelo Brasil, para outubro de 2020. O lado sul-africano também comprometeu-se a enviar resposta sobre o Memorando de Entendimento em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), à luz dos comentários brasileiros quanto ao texto do instrumento. A África do Sul demonstrou, ainda, interesse em cooperar no campo de lançamento de satélites.

COOPERAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS

Durante a VI Comista, a África do Sul pediu informações detalhadas acerca de como o marco regulatório brasileiro sobre biocombustíveis contempla políticas de incentivos e subsídios aos produtores locais. No decorrer de 2020, o Ministro de Recursos Minerais e Energia da África do Sul, Gwede Mantashe, deverá visitar o Brasil, com vistas a conhecer a experiência brasileira no campo da bioenergia, oportunidade em que poderia ser assinado Acordo de Cooperação sobre Usos Pacíficos de Energia Nuclear.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

As ações de cooperação técnica entre o Brasil e a África do Sul são amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica vigente desde setembro de 2003. Atualmente, não há projetos de cooperação em execução com o país no âmbito da cooperação técnica bilateral. Entretanto, registram-se três demandas sul-africanas, nas áreas de meio ambiente, saúde e agricultura.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Em maio de 2019, definiram-se dois temas prioritários para a cooperação técnica na área de agricultura entre Brasil e África do Sul: i) capacitação sobre produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas e ii) preparação de estratégias domésticas de estímulo à indústria do agroprocessamento, especificamente para o desenvolvimento dos setores de produção de frango e açúcar.

Na VI Comista, os delegados da África do Sul manifestaram interesse em iniciar cooperação técnica com o Brasil no setor agrícola, em diversas áreas: agricultura familiar, educação rural e mecanização de pequenos produtores, entre outras. Também evocaram interesse em estreitar relações entre o “Agricultural Research Council” (ARC) e as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio bilateral entre Brasil e África do Sul foi de cerca US\$ 1,51 bilhão em 2019, majoritariamente de bens manufaturados e com saldo de US\$ 380 milhões a favor do Brasil. O fluxo do comércio bilateral parece ter sentido os efeitos do fraco desempenho da economia sul-africana em 2019 e sofreu queda de 25% em relação a 2018, quando fora superior a US\$ 2 bilhões.

Na VI Comista, o lado sul-africano comprometeu-se a priorizar a solicitação brasileira de suspensão de medidas cautelares contra a exportação, pelo Brasil, de carne bovina com ossos e miudezas. Nessa mesma reunião, o Brasil informou haver sido possível finalizar o exame técnico e autorizar o início do comércio de sementes de brócolis e de couve-flor, além de uvas de mesa provenientes da África do Sul. Negocia-se a abertura para exportações brasileiras de produtos agropecuários. Aguarda-se reação sul-africana às propostas de certificados sanitários para respaldar essas exportações.

Em dezembro de 2018, a South African Poultry Association (SAPA) formalizou pedido de elevação de tarifas de importação de alguns cortes de carne de frango, dos atuais 12% e 37% para 82%. Tal medida que poderia inviabilizar a venda do principal produto de exportação brasileiro para a África do Sul (em 2018, representou 20% do total).

Em 2019, a carne de frango continuou a liderar a pauta de exportações brasileiras para a África do Sul, com total exportado no valor de US\$ 168,73 milhões. O país é o principal comprador do produto brasileiro na África, com 36% de participação do total exportado para o continente. O valor exportado foi, contudo, quase 34% inferior a 2018, quando foram exportados US\$ 254,82 milhões. Os principais fatores apontados para a queda na exportação de carne de frango para o mercado sul-africano são o crescimento do consumo no mercado brasileiro e o significativo aumento das exportações para a China. A imprevisibilidade em torno do processo de aumento de tarifas de importação para carne de frango também foi apontada como fator que influenciou o fluxo das exportações em alguns meses.

No campo dos investimentos, nos últimos anos, três grandes empreendimentos sul-africanos foram realizados no Brasil: o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da Minas-Rio, pela empresa Anglo American; a compra de 30% da editora Abril pelo grupo sul-africano Naspers; e a concessão do aeroporto de Guarulhos para consórcio integrado pela Airports Company of South Africa (ACSA), juntamente com o grupo brasileiro INVEPAR, cujos sócios são a Previ (BB), Petros (Petrobrás), Funcef (CEF) e OAS.

Do lado brasileiro, destaca-se a presença na África do Sul da gaúcha Marcopolo, fabricante de ônibus, e da catarinense WEG, que produz motores elétricos, com fábricas e distribuidoras instaladas em diversas cidades daquele país. Em outubro de 2016, concluiu-se a aquisição da SAB Miller pela AB Inbev, um negócio da ordem de US\$ 109 bilhões. Após a operação, a AB Inbev conquistou presença em 17 mercados africanos e passou a controlar cerca de 46% do mercado global de cerveja. No setor cimenteiro, a Camargo Corrêa adquiriu a empresa sul-africana Natal Portland Cement em 2012, e já conquistou 11% do mercado local do produto.

A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo, com dois simuladores de jatos da companhia e capacidade para treinar até dois mil operadores por ano, em parceria com a companhia aérea sul-africana Air-Link. O investimento alcançou cerca de US\$12 milhões. A empresa brasileira pretende, ainda, abrir escritório regional para a África na mesma cidade. A companhia sul-africana South African Airways (SAA) sinalizou interesse em adquirir aeronaves da Embraer (12 ou 13 E-195) para substituir aeronaves Airbus.

POLÍTICA INTERNA

Eleito pela Assembleia Nacional, o Presidente da África do Sul é o chefe de Estado e de Governo, sendo geralmente o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece um máximo de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. Pode ser destituído por um voto de desconfiança. As últimas eleições gerais sul-africanas ocorreram em maio de 2019.

O regime do apartheid, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul um cenário de profundos contrastes e desafios sociais. De um lado, tem-se um país com infraestrutura e economia superiores às dos demais países africanos. De outro, cerca de um quinto da população se encontra abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade.

As eleições ocorridas em maio de 2019 marcaram o 25º aniversário do primeiro pleito democrático realizado neste país e foram apontadas por analistas e políticos como as mais importantes desde 1994. Força hegemônica no quadro político sul-africano nos últimos 25 anos, o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) chegou a esse

pleito debilitado por uma década de baixo crescimento econômico, insuficiente para atender aos anseios da grande maioria dos sul-africanos. A taxa oficial de desemprego permanece em patamar elevadíssimo (atualmente, cerca de 30%).

À incapacidade do ANC de atender sua principal base de apoio, a população negra pobre do país, somam-se os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo as mais altas lideranças do partido governista, como o ex-Presidente Jacob Zuma. A chegada de Cyril Ramaphosa à Presidência, em 2018, pode ser lida como uma tentativa do partido de implementar uma “correção de rumos”, fator que explica os altos índices de popularidade do atual mandatário.

Embora os últimos levantamentos eleitorais antes do pleito de 2019 tenham indicado que o “Democratic Alliance” (DA) seguiria sendo a segunda maior força política na África do Sul, pela primeira vez, desde 1994, o partido obteve uma redução em sua votação, com 20,76% dos votos. A queda pode ser relacionada às seguidas crises internas do partido, bem como ao próprio posicionamento ambíguo da agremiação em relação a temas muito sensíveis, como medidas que assegurem maior representatividade à população negra.

O “Freedom Front Plus” (FF+) advoga, entre outras coisas, autonomia de parcela do território sul-africano para a população africâner e obteve 2,38% dos votos nas eleições de 2019, o maior crescimento relativo entre todos os partidos, elegendo bancada de dez deputados.

O discurso em favor de mudanças profundas na economia sul-africana é o principal motor do “Economic Freedom Fighters” (EFF), que cresce junto à grande parcela de jovens desempregados nas periferias de centros urbanos. O partido, liderado por Julius Malema, obteve resultado notável no pleito de 2019, com 10,79% dos votos válidos, tornando-se a terceira força política na África do Sul.

Observa-se que o partido islamista Al-Jama-ah, criado em 2007, obteve, nas eleições de 2019, um representante no Parlamento pela primeira vez.

PANDEMIA DE COVID-19

A África do Sul apresenta quase seis mil casos de contaminação por COVID-19, com mais de 115 óbitos, até o momento. Nos últimos dias, têm crescido em número e em intensidade os distúrbios populares no país. Trata-se, por ora, de agitações difusas e espontâneas, mas há preocupação no governo sul-africano com a intensificação dos distúrbios.

Com vistas à mitigação do impacto econômico e social da quarentena, o Presidente Cyril Ramaphosa anunciou pacote de medidas que inclui o dispêndio de 500 bilhões de randes (cerca de US\$ 25 bilhões), aproximadamente 10% do PIB sul-africano. Trata-se do maior pacote de estímulo econômico da história da África do Sul e teria o objetivo de: i) oferecer os meios adequados para as medidas sanitárias a serem adotadas no combate à pandemia; ii) aliviar a fome e as dificuldades sociais; iii) amparar empresas e trabalhadores; e iv) apoiar a reabertura gradual da economia.

ECONOMIA

A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país tem sistema bancário maduro, arcabouço regulatório abrangente, indústrias estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Apesar de ter perdido valor no referido contexto e na

esteira da disputa comercial entre Estados Unidos e China, a moeda local, o Rand, é relativamente estável. Além disso, em que pesem certos entraves e desafios, a África do Sul reúne características que recomendam atenção como polo atrativo de negócios.

A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do governo sul-africano desde a transição democrática. O país vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que gera impactos negativos na promoção do desenvolvimento econômico socialmente inclusivo. Os principais limitadores do potencial econômico sul-africano são: (i) a escassez no fornecimento de energia elétrica; e (ii) a queda nos preços das commodities, sobretudo minérios, responsáveis por mais de 60% das receitas de exportações sul-africanas na última década.

Com a continuada deterioração dos principais indicadores econômicos – em particular os números relacionados ao desemprego, ao crescimento econômico e ao descontrole da relação dívida/ PIB (cuja proporção se aproxima de 60%) – especialistas convergem quanto à urgência de reformas estruturais.

Dois elementos são centrais para a recuperação da confiança na economia sul-africana e deverão ser particularmente observados, nos próximos meses: i) a situação fiscal do Estado e correspondentes medidas para impedir que a dívida pública se aprofunde, em particular no que concerne ao desempenho de empresas públicas fortemente deficitárias; e ii) a disposição política de Pretória de implementar reformas impopulares, consideradas indispensáveis para reequilibrar o quadro macroeconômico.

Em recente pronunciamento ao Parlamento, o Ministro das Finanças, Tito Mboweni, admitiu que o PIB sul-africano não deve expandir-se consideravelmente nos próximos três anos, situando o crescimento anual no período de 1%. Entre os motivos citados para tal projeção negativa, estariam os desafios impostos pela disseminação do COVID-19.

DAF II, 05/05/2020

PERFIS BIOGRÁFICOS

Cyril Ramaphosa
Presidente da República

Líder do sindicato dos mineiros (NUM), pilar do que viria a ser a principal central sindical do país (COSATU), elegeu-se Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) em 1991. Preterido na escolha para a Vice-Presidência em 1997, migrou para a iniciativa privada, tornando-se um dos homens mais ricos do país. Retornou à cena política por indicação de Jacob Zuma, de quem foi Vice-Presidente a partir de 2014. Com a renúncia de Zuma, assumiu a Presidência em fevereiro de 2018. Nas eleições nacionais e provinciais de maio de 2019, foi confirmado como Presidente da África do Sul para novo mandato de cinco anos.



Naledi Pandor
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação

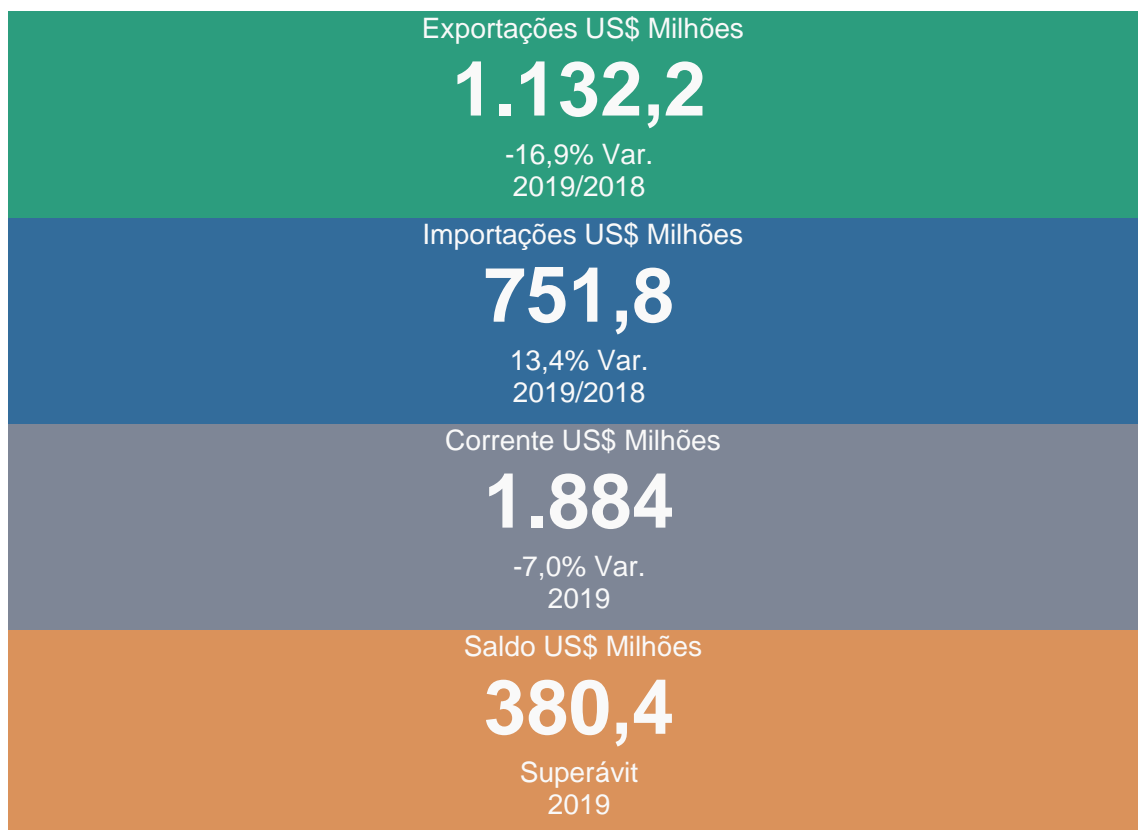
Quadro respeitado no ANC, integra a executiva do partido. Exilou-se em Botsuana nos anos 1970, onde concluiu o ensino secundário. Graduiu-se em História e Inglês pela Universidade de Botsuana, e tem mestrado em Educação pela Universidade de Londres e em Linguística pela Universidade de Stellenbosch. Membro do Parlamento sul-africano desde 1994, Pandor integra o gabinete ministerial sul-africano desde 2004. Com a assunção de Ramaphosa em fevereiro de 2018, tornou-se Ministra de Educação Superior e Treinamento, pasta com a qual é identificada em razão de sua atuação acadêmica, e que deixou para comandar o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação, em maio de 2019.



Joseph Ntshikiwane Mashimbye
Embaixador em Brasília

Foi eleito membro do primeiro Parlamento democrático da África do Sul (1994). Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa (1997-2004). Foi diretor do banco de investimento Investec (2008-2009). Foi Embaixador da África do Sul em Kinshasa (2010-2015). É Embaixador no Brasil desde 2016.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da África do Sul
GENTÍLICO	Sul-africano
CAPITAL	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km ²
POPULAÇÃO	56,46 milhões
IDIOMAS	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siswati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); africanas (28,5%); islamismo (2%); hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Ciryl Ramaphosa (desde 15/02/2018, reeleito em 22/05/2019)
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Naledi Pandor (desde 29/05/2019)
IDH	0,699/113º no mundo
EXPECTATIVA DE VIDA	64,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM PRETÓRIA	Nedilson Jorge
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Joseph Ntshikiwane Mashimbye

COMÉRCIO BILATERAL EM 2019**0,5%**Part. nas Exportações
2019**39º**Ranking de Exportações
2019**0,4%**Part. nas Importações
2019**40º**Ranking de Importações
2019*Fonte: Ministério da Economia*

Principais indicadores socioeconômicos da África do Sul

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	0,79%	1,20%	1,50%	1,80%
PIB nominal (US\$ bilhões)	368,14	371,30	386,73	403,42
PIB nominal "per capita" (US\$)	6.377	6.331	6.491	6.666
PIB PPP (US\$ bilhões)	12.155,98	12.109,42	12.098,81	12.123,93
PIB PPP "per capita" (US\$)	13.675	13.865	14.142	14.466
População (milhões habitantes)	57,73	58,64	59,58	60,52
Desemprego (%)	27,13%	27,53%	27,84%	27,97%
Inflação (%) ⁽²⁾	4,92%	5,30%	5,50%	5,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,36%	-3,41%	-3,72%	-3,82%
Dívida externa (US\$ bilhões)	178,50	180,50	184,40	186,80
Câmbio (R / US\$) ⁽²⁾	14,40	15,73	16,47	17,60
Origem do PIB (2017 Estimativa)				

Agricultura

2,8%

Indústria

29,7%

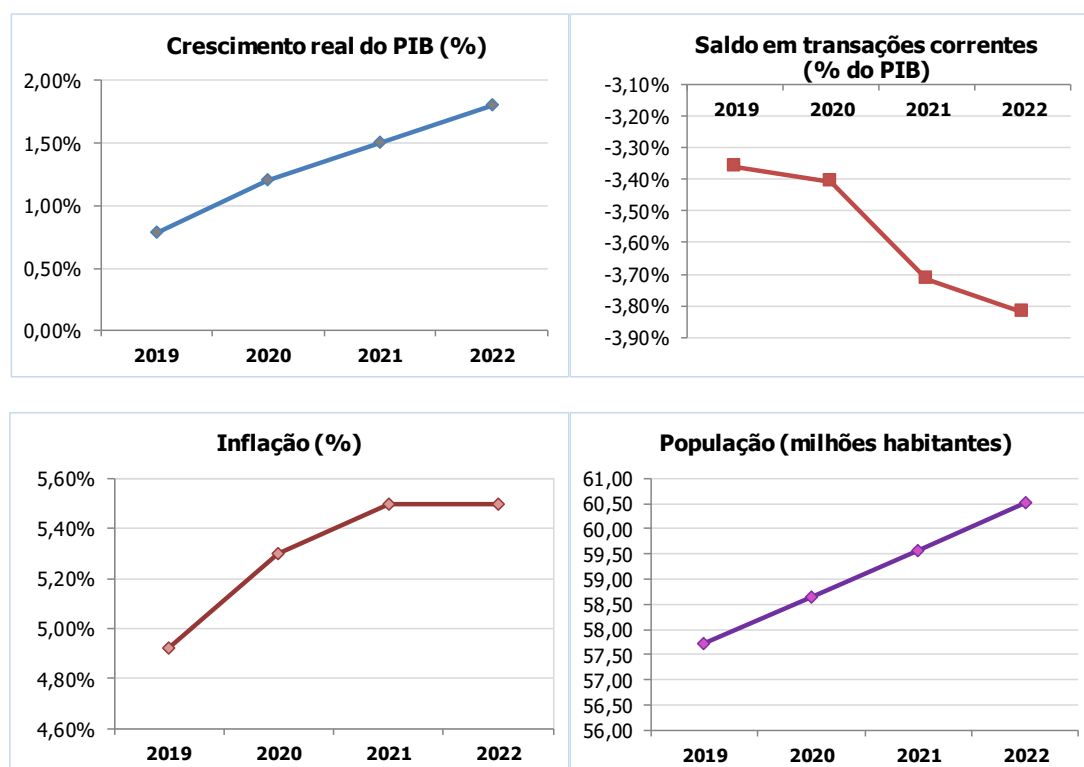
Serviços

67,5%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Fevereiro 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

REINO DO LESOTO



OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre o Brasil e o Reino do Lesoto, estabelecidas em 1970, são ainda pouco expressivas. Devido ao regime de *apartheid* na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Moçambique respondeu pelo relacionamento bilateral com o Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. Os temas relativos ao Brasil são tratados pela Embaixada do Lesoto em Washington.

Houve, à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, 29/11/2008), um encontro entre o então Ministro de Estado e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Mohlabi Kenneth Tsekoa, ocasião em que se tratou das possibilidades de cooperação no campo da agricultura. O então MNE lesotiano afirmou que seu país busca a autossuficiência alimentar e gostaria de contar com a cooperação brasileira, particularmente no que concerne à irrigação e à seleção de sementes, para melhorar a produtividade. O governo do Lesoto manifestou interesse, também, no estabelecimento de um mecanismo de cooperação para a formação acadêmica de diplomatas.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil teve lugar em 2010, quando ocorreu assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015.

Os temas constantes de interesse do Lesoto, no que se refere à cooperação, são: agricultura; segurança alimentar; saúde; e funcionamento e gestão de programas sociais, merenda escolar e, recentemente, cooperação esportiva. Visita prospectiva de coordenador da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ainda segue pendente de definição de datas.

O Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília em outubro de 2015, para encontro com sua contraparte brasileira, bem como para conhecer programas sociais do governo brasileiro. No mês seguinte, o então Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Os contatos entre a Embaixada do Brasil em Pretória e autoridades do país têm-se concentrado em gestões para candidaturas no âmbito multilateral. O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras. Defendeu, por exemplo, a eleição do diplomata brasileiro Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da OMC.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral ainda é incipiente. Atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e em 2014 alcançou seu patamar mais baixo desde então (apenas US\$ 32 mil, com saldo de US\$ 16 mil favorável ao Brasil). Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto é um enclave cercado pela África do Sul. Trata-se de país montanhoso, que em todos os pontos supera mil metros de altitude. Protetorado britânico desde 1868, então denominado Basutolândia, o Lesoto tornou-se independente em 1966.

A Constituição previa um monarca, Moshoeshoe II, “um símbolo vivo da unidade nacional”, mas com poderes limitados, e uma Assembléia Nacional baseada no sufrágio

universal. O Primeiro-Ministro (PM) seria automaticamente o líder do partido mais votado. O então Rei exilou-se em 1990, dois anos depois de ter seus poderes suspensos por uma junta militar, mas regressou ao país e reassumiu o trono em 1995 – vindo a falecer no ano seguinte, em um acidente de automóvel. Seu filho, o atual Rei Letsie III, tornou-se o Chefe de Estado do Lesoto.

Em 22/09/1998, militares sul-africanos intervieram no país para viabilizar o governo do então PM Pakalitha Mosisili, vencedor nas eleições de maio 1998. A intervenção da África do Sul, feita a pedido do PM do Lesoto, foi realizada como uma missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC - (Operação Boleas), da qual participaram também forças de Botsuana. O ato foi legitimado pelo Memorando de Entendimento de 1994 da SADC, pelo qual África do Sul, Botsuana e Zimbábue foram indicados como garantes da democracia no Lesoto.

A Operação Boleas foi encerrada em 19/10/1998. No entanto, forças sul-africanas permaneceram estacionadas no Lesoto. As últimas tropas sul-africanas e botsuanesas deixaram o Lesoto somente em maio de 1999.

Em abril de 2009, tentativa frustrada de assassinar o então PM Pakalitha Mosisili levou à prisão de dois suspeitos no Lesoto e de mais oito na África do Sul, entre os quais o ex-segurança do então líder da oposição e atual Primeiro-Ministro, Tom Thabane, do partido “All Basotho Convention”.

Em junho de 2017, houve eleições – pela terceira vez em cinco anos. Isso levou à formação de um governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Thabane. De modo geral, pode-se atribuir a prolongada vulnerabilidade institucional no Lesoto à politização das Forças Armadas do país, cujas facções apoiam distintas vertentes políticas. De acordo com as recomendações para as principais reformas de governo e segurança, feitas pela SADC, o governo do Lesoto comprometeu-se a empreender consultas multilaterais para instruir as reformas.

Em 2017, a pedido do PM Thabane, a Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL) foi enviada ao país, onde permaneceu por um ano, com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo de comandante das Forças de Defesa do Lesoto.

Como consequência, o ano de 2018 foi marcado por maior estabilidade, que permitiu importantes avanços no plano político. Após sucessivos adiamentos, a equipe de facilitadores da SADC logrou promover diálogo nacional na capital Maseru, no final de novembro, com a participação de representantes do governo, líderes da oposição no exílio e entidades da sociedade civil. O encontro logrou promover discussão inicial sobre reformas constitucionais, no setor de segurança e em outros aspectos da organização institucional do país, em linha com as recomendações feitas pela SADC em 2016. Em que pesem os avanços registrados, o quadro do país ainda inspira grandes cuidados. A retirada do efetivo da SADC em novembro de 2018, em momento no qual o diálogo político apenas se inicia, eleva os riscos de nova desestabilização, sobretudo em razão da elevada politização das forças armadas e baixa supervisão institucional.

Em janeiro de 2020, o PM Thabane anunciou sua intenção de se retirar da chefia do governo do país, sem contudo anunciar data, em meio a grave crise relacionada a investigações policiais contra si e sua esposa, pelo assassinato de sua ex-mulher.

EDUCAÇÃO

O Lesoto é um dos países com a maior taxa de alfabetização na África Subsaariana, de 80% da população adulta – 70% masculina e 88% feminina.

HIV/AIDS

Um dos maiores desafios para o país é a epidemia de AIDS. A diminuição da expectativa de vida, de 59 para 40 anos entre 1990 e 2010 (atualmente, em 53 anos), revela a acelerada propagação do HIV. O Lesoto apresenta o segundo maior percentual de infectados do mundo, cerca de 25%. A questão mostra-se mais premente em razão da pequena população, que cresce a uma taxa de 0,1% por ano, devido à alta mortalidade, baixa natalidade, emigração acentuada e baixa expectativa de vida, entre outros fatores.

Mais da metade dos mais de 260 mil adultos infectados atualmente são mulheres, por dois fatores fundamentais: a imigração da mão-de-obra masculina para a África do Sul (fato que leva o homem a manter mais de uma família) e o não-reconhecimento de direitos políticos e sociais femininos, reduzindo a capacidade de resistência a demandas sexuais ou de exigência do uso de preservativos.

Segundo a Cruz Vermelha, o difícil acesso às áreas rurais mais remotas do país é um dos principais empecilhos à prevenção em HIV/AIDS no Lesoto. Soma-se a isso a carência de médicos no país.

ECONOMIA

O Lesoto possui economia de pequenas dimensões, dependente da África do Sul. Mais de 80% de sua população dedica-se à agricultura de subsistência. As remessas de divisas dos trabalhadores empregados na indústria mineira sul-africana – que, em 1990, foram responsáveis por 67% do PIB – vêm diminuindo sistematicamente desde então, sendo hoje inferiores a 30% do PIB. Atualmente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes da participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU); no entanto, as receitas da SACU são voláteis e apresentam expectativa de queda para os próximos cinco anos.

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, que juntos constituem quase 45% do PIB: mineração e indústria têxtil e de vestuário, esta empregando aproximadamente 50 mil pessoas. A agricultura intensiva em mão-de-obra continua desempenhando papel importante. É a principal fonte de renda na zona rural, onde vive a maior parte da população (cerca de três quartos). A maior parte das terras no Lesoto é propícia à pecuária: as montanhas são utilizadas como pasto no verão e as planícies, no inverno. Contudo, a produtividade vem diminuindo devido à seca, ao roubo de gado, à deterioração dos pastos e ao êxodo rural. O governo também ocupa papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infraestrutura.

A indústria, com participação atual na economia de 39%, e os serviços, com 55%, vêm estimulando o crescimento econômico desde o fim dos anos 1980, embora a renda cresça mais lentamente, devido ao declínio na taxa dos rendimentos dos migrantes, que ainda desempenham importante papel na economia de muitas famílias. A construção civil, principalmente o Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP), também impulsiona o crescimento.

O Lesoto tem melhorado sua posição no ranking dos países com ambiente favorável aos negócios, elaborado pelo Banco Mundial, passando da 144ª posição em 2007 para a 122ª em 2020. As maiores deficiências do país estão relacionadas a procedimentos burocráticos, proteção a investimentos e à propriedade intelectual, e garantia da execução dos contratos.

Entretanto, as altas taxas de incidência de HIV têm levado à queda da produtividade, ameaçando a economia do país como um todo. Em 2006, o governo emendou o Código do Trabalho para proteger trabalhadores portadores do vírus contra demissões, assim como tornar obrigatórios programas educativos de prevenção nas fábricas.

A projeção de crescimento do PIB do Lesoto, cerca de US\$ 2,8 bilhões, estava em 1,2%. Esse cenário, contudo, não antecipava a pandemia de COVID-19, que trará impactos econômicos ao país, ainda a serem aferidos. Segundo o Panorama Econômico Mundial do Fundo Monetário Internacional, de abril de 2020, por exemplo, prevê-se retração de 5,8% na economia da África do Sul, com consequente queda na arrecadação da SACU. Tal cenário poderá afetar a saúde econômica do Lesoto, dependente, como mencionado, do comércio com o vizinho e de receitas da União Aduaneira.

COMÉRCIO EXTERIOR

A capacidade exportadora do Lesoto, tradicionalmente, limitava-se ao mercado da África do Sul. Nos últimos anos, porém, o país perseguiu uma estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza baseada nas exportações. Como país de menor desenvolvimento relativo, o Lesoto passou a beneficiar-se de acordos preferenciais de comércio com Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), União Europeia (regulação “Everything But Arms”, EBA), Japão e Estados Unidos (lei AGOA). Ainda assim, 90% das importações lesotianas provêm da circundante África do Sul. O Lesoto produz menos de 20% de sua demanda por alimentos, e a atividade agrícola é vulnerável a variações climáticas.

O Lesoto exporta principalmente têxteis (40%), diamantes (20%), água, lã e tabaco, sobretudo para países da SADC, Estados Unidos e União Europeia. As importações concentram-se em derivados de petróleo, material de construção, veículos, máquinas e remédios, provenientes especialmente de países asiáticos. O país tem-se beneficiado, ainda, da política de transferência de receitas aduaneiras da SACU, cuja soma ascende a cerca de 36% do PIB.

Em março de 2018, o Lesoto assinou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), mas ainda não o ratificou. Por conta da grande influência da economia sul-africana no comércio exterior lesotiano, o impacto da AfCFTA deverá estar fortemente vinculado às eventuais transformações provocadas pelo Acordo na África do Sul. O maior desafio na implementação do diploma para o Lesoto pode ser eventual impacto para a indústria têxtil do país, a qual pode sentir os efeitos da competição de outros países do continente.

ENERGIA

O principal recurso natural do Lesoto é a água. O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto impulsionou a venda desse recurso para a África do Sul, principalmente desde 1998, com a conclusão da primeira fase do projeto, e tem gerado impacto positivo no crescimento econômico do país, com o pagamento de “royalties” pela África do Sul. O projeto pretende também tornar o Lesoto auto-suficiente em energia elétrica, com a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica subterrânea de Muela (200 Mw) e de outras centrais. Antes, toda a energia elétrica do país era fornecida pela estatal sul-africana ESKOM.

INDÚSTRIA

O maior dinamismo foi alcançado pela indústria têxtil e de confecções. Beneficiando-se do acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, mediante mecanismos do AGOA (desde 1998), a economia lesotiana atraiu capitais externos.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Letsie III
Rei

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico. Letsie III reassumiu o trono, atuando como Chefe de Estado desde então. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito, pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.



Thomas Motsoahae Thabane
Primeiro-Ministro

Nascido em 1939, o Primeiro Ministro Tom Thabane lidera o partido “All Basotho Convention” (ABC). Exerceu, de junho de 2012 a março de 2015, o cargo de Primeiro-Ministro, sendo reconduzido ao cargo em 2017. Criou o ABC em 2006, como dissidência do “Lesotho Congress for Democracy”, do qual foi membro enquanto servia ao governo do então PM Pakalitha Mosisili, entre 1998 e 2006. No governo do então PM Leabua

Jonathan, exerceu o cargo de Secretário de Saúde e foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1990 e 1991.



Lesego Calayel Makgothi
Ministro dos Negócios Estrangeiros e
das Relações Internacionais

Nascido em 1965, em Maseru, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações Internacionais em 2017. No mesmo ano, negociou a chegada de tropas da SADC, enviadas ao Lesoto para garantia da ordem, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe.



Gabriel Sankantana Maja
Embaixador do Lesoto junto ao governo do Brasil
(cumulatividade)

Com formação na área de Administração e Contabilidade, trabalhou em instituições humanitárias vinculadas ao governo norte-americano (“CARE” - Cooperative for American Relief Everywhere; “Peace Corps”; “USAID” e “Millenium Challenge Corporation”), atuando na implementação e no monitoramento de projetos de cooperação no Lesoto. Trabalhou também na Associação Cristã de Saúde do Lesoto (Christian Health Association of Lesotho). Sua experiência internacional inclui passagens (embora não como diplomata) em Kinshasa (RDC) e Lusaca (Zâmbia). Apresentou credenciais ao Presidente Donald. J. Trump em 22 de junho de 2018, sendo Embaixador cumulativo junto ao governo brasileiro.

MAPA DO LESOTO

DADOS BÁSICOS	
---------------	--

NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km ² (aproximadamente a área do Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (est. 2020)	1,9 milhões
IDIOMAS	Inglês, Sesoto, Xhosa, Zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãs (87%); tradicionais (7.7%); outros (1.1%); sem religião (0.2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	PM Tom Thabane (desde 2017)
CHANCELER	Lesego Makgothi (desde 2017)
PIB	US\$ 2,8 bilhões
PIB PPP	US\$ 6,6 bilhões
PIB PPP per capita	US\$ 3.300
IDH	0,520 (159º no mundo)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	79,4%
EXPECTATIVA DE VIDA	53 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Loti (unidade), Maloti (plural).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.

1991 – Abertura de Consulado Honorário de Lesoto em São Paulo.

1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.

2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.

2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.

2010 – Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil 2015 – Visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1868 – O “pai da nação”, o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africânderes, de origem holandesa, solicita ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolândia.

1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente em 4 de outubro.

1970 – O PM Chefe Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição, extingue o Parlamento e exila os líderes da oposição.

1986 – Chefe Jonathan é deposto por golpe militar; é instalada junta militar que governa o país em regime de exceção.

1988 – Os poderes do monarca são suspensos.

1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.

1991 – A atividade política é permitida e nova constituição, muito similar à de 1966, é promulgada.

1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.

1996 – O soberano falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Seguindo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III, que reinou durante a ausência de seu pai, reassume a coroa.

1997 – Disputas entre facções dentro do BCP levam o partido, em junho, a uma cisão que dá origem ao Congresso do Lesoto para a Democracia (LCD).

1998 – Em 22/set, forças sul-africanas invadem o país, com o intuito de viabilizar o Governo do partido vencedor nas eleições de maio, do PM Pakalitha Mosisili. A intervenção militar sul-africana, precedida de pedido do PM, é realizada como uma operação da SADC (“Operação Boleas”), da qual participam também forças de Botsuana. A Operação Boleas é encerrada em 19/out, mas tropas sul-africanas permanecem estacionadas no território do Lesoto.

2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido All Basotho Convention vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 – SADC envia o então Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Tom Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili volta ao poder.

2017 - Eleições, pela terceira vez em cinco anos. Governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Thomas Thabane.

2017 – Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL), com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo das Forças de Defesa do Lesoto.

2020 – PM Thabane anunciou sua intenção de se aposentar da chefia do governo do país, sem anunciar data, em meio a grave crise relacionada a investigações policiais contra si e sua esposa, pelo assassinato de sua ex-mulher.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

MAURÍCIO



OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974. Ainda que não haja, no presente, atos bilaterais em vigor, os contatos bilaterais vêm-se intensificando nos últimos anos.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol. O país foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia, na OMC, que resultou na proibição aos subsídios à produção açucareira das antigas colônias do continente. Autoridades mauricianas têm manifestado ao Brasil interesse em receber cooperação no setor, que se reformula para abastecer a África e a Europa com etanol. Também são áreas potenciais de cooperação os setores de pesca e algodão, matéria-prima que o país importa.

Maurício é membro observador da CPLP desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias brasileiras.

O Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício visitou o Brasil em julho de 2011, oportunidade em que manteve reuniões nos Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social, bem como no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2012, o Vice-Primeiro-Ministro de Maurício visitou Brasília, ocasião em que manteve agenda centrada em políticas sociais e habitacionais do governo federal brasileiro.

Em maio de 2013, o então Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, esteve em Maurício, acompanhado de comitiva oficial, para participar do 63º Congresso da FIFA. Em contatos com autoridades mauricianas, propôs cooperação bilateral na área esportiva, que incluiria assinatura de Memorando de Entendimento bilateral para atividades cooperativas nas áreas de futebol, voleibol e basquete.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como no caso da eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da OMC. Nessa organização, o país costuma buscar o apoio brasileiro a iniciativas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, grupo de que faz parte.

Atualmente, o Brasil apoia o pleito de Maurício na Corte Internacional de Justiça sobre a descolonização do arquipélago de Chagos. No dia 04/09/2018, o Brasil proferiu sustentação oral (opinião consultiva) em audiência pública naquela corte, favorecendo o exame da questão pela CIJ.

COMÉRCIO BILATERAL

A corrente de comércio bilateral, no ano de 2019, correspondeu a US\$ 41 milhões, sendo que, desse total, US\$ 40 milhões foram de exportações brasileiras, em sua grande maioria de açúcares e melaços, calçados e demais produtos da indústria de transformação. As importações feitas pelo Brasil concentraram-se em vestuários, como casacos masculinos ou infantis, capas, jaquetas, etc..

Deverá, ainda, ser assinado, em breve, Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Maurício.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth*. O sistema de governo é parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional, e o Primeiro-Ministro, indicado pelo partido majoritário.

Maurício é uma democracia multipartidária, com liberdade de expressão e religiosa, bem como reconhecida estabilidade política. Entre os países africanos, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 18º lugar (26 posições à frente do Brasil, dentre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), parcela da população com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

Em março de 2012, após denúncias de corrupção envolvendo seu filho, o então Presidente Anerood Jugnauth, do *Mouvement Socialiste Militant*, renunciou ao cargo, que passou a ser ocupado interinamente pela então Vice-Presidente Monique Othram Bellepeau, do *Labour Party*. Em junho do mesmo ano, a Assembleia Nacional elegeu Rajkeswur Purryag, também do *Labour Party*, como Chefe de Estado.

As eleições legislativas de novembro de 2014 foram vencidas por coalização partidária da qual fazia parte o *Mouvement Socialiste Militant*, o que permitiu a condução do ex-Presidente Anerood Jugnauth ao cargo de Primeiro-Ministro, que exerceria até janeiro de 2017, quando o cargo passou a ser ocupado por seu filho, o atual Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth.

A vitória da oposição em 2014 terminaria por resultar na renúncia do Presidente Rajkesuwur Puryag em maio de 2015, quando Monique Othram Bellepeau voltou a ocupar interinamente a Presidência. No mês seguinte, por proposta do agora Primeiro-Ministro Jugnauth, a Assembleia Nacional aprovou para a Chefia de Estado, com apoio unânime da oposição, o nome da cientista Ameenah Gurib-Fakim, do partido *Alliance Lepep* (membro da coalização vitoriosa nas eleições de novembro de 2014). Ameenah Gurib-Fakim ocupou o cargo até março de 2018, quando renunciou na esteira de acusações de uso indevido de cartões de crédito corporativo. A presidência foi assumida por Paramasivum Vyapoory, que ocupava a vice-presidência desde 2016.

Nas eleições-gerais de novembro de 2019, o Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth foi reconduzido ao cargo, e Prithvirajsing Roopun foi escolhido, pela Assembleia Nacional, para o cargo de Presidente da República. O resultado do pleito refletiu vitória da “Mauritian Alliance”, coalizão formada pelos partidos “Militant Socialist Movement”, “Muvman Liberater” e “Plateforme Militante”, a qual ganhou 42 dos 70 assentos do Parlamento.

ECONOMIA

Maurício é tido como uma das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB (PPP) de cerca de US\$22,3 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita (PPP) de cerca de US\$ 21 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de 7%. A inflação também tem sido mantida sob controle. É um dos poucos países africanos com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008. A pauta apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status* preferencial de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados. De fato, em 2014 Maurício chegou a figurar em 5º lugar no *Enabling Trade Index*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que agrupa os países com maior acesso preferencial a outros mercados.

Considerada em sua totalidade, a União Europeia continua sendo o maior destino das vendas externas. Desde a crise econômica de 2008, contudo, o bloco vem perdendo espaço para novos mercados em regiões mais dinâmicas, como Ásia e África (com destaque para a África do Sul).

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada em comparação com o resto do continente. Figura na 46ª posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Maurício assinou, no início de 2018, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

Pandemia de COVID-19

Maurício tem experimentado forte redução no número de novos casos registrados de COVID-19 e aumento no número de pacientes recuperados. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde local, em 27/04, o país contaria com apenas vinte pacientes ativos com a doença e 302 pacientes recuperados. Há mais de duas semanas, não se registram novas mortes em razão da doença no país.

Em pronunciamento televisionado na noite de 24/4, o Primeiro-Ministro Pravind Jungnauth reiterou que o governo trabalha em legislação para o levantamento gradual da quarentena, a qual deverá ser apresentada em breve ao parlamento do país. Mencionou, ademais, que seu governo trabalha em plano para a recuperação da economia e retomada de investimentos, sem prejudicar os esforços para a contenção da epidemia. Não antecipou, contudo, as ações planejadas.

Projeções do FMI indicam que a economia do país deverá contrair 6,8%, caso o retorno pleno da atividade econômica ocorra até julho próximo. O Ministério das Finanças local, por sua vez, estima queda entre 7 e 11% no PIB do país em 2020. Projeta-se, ademais, queda entre 11 e 18% no nível dos investimentos. O desemprego deverá crescer, podendo atingir cerca de 17% da população, contra 6,7% antes da crise.

6. Em 27/4, o governo anunciou o início de campanha de testagem maciça da população do país.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Prithvirajsing Roopun
Presidente da República

Nascido em 1959, foi membro do Parlamento de Maurício de maio de 2010 a novembro de 2019, tendo sido Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de dezembro de 2014 a janeiro de 2017, mês em que assumiu o Ministério de Artes e Cultura, em que permaneceu até dezembro de 2019, quando foi eleito, pela Assembleia Nacional, Presidente da República.



Pravind Jugnauth
Primeiro-Ministro

Nascido em 1961, é filho do ex-Primeiro-Ministro Anerood Jugnauth (que ocupou a primatura em três ocasiões – 1982-1995; 2000-2003; 2014-2017). Formou-se em Direito na Universidade de Buckingham, na Inglaterra. Ingressou oficialmente no Militant Socialist Movement em 1990. Foi Ministro da Agricultura; da Tecnologia, Comunicação e Inovação; e atualmente acumula o cargo de Ministro das Finanças. É também membro da Assembleia Nacional desde maio de 2009. Assumiu o posto de Primeiro-Ministro em janeiro de 2017, sucedendo seu pai, e foi reeleito em novembro de 2019.



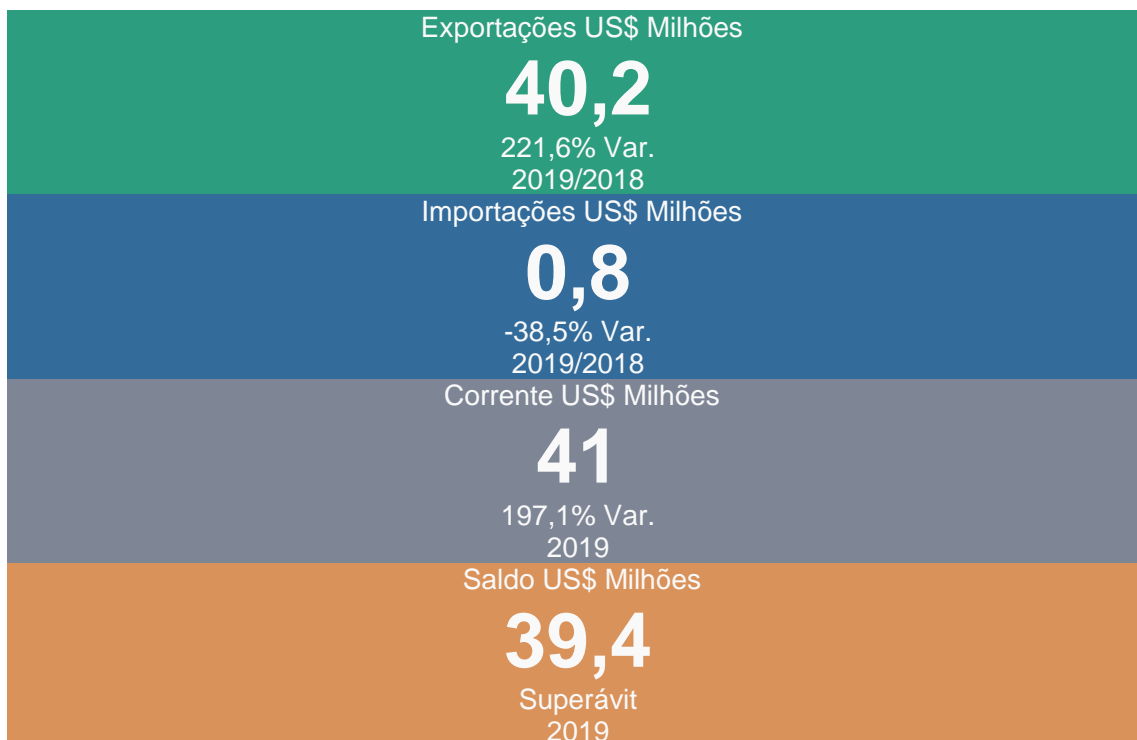
Nandcoomar Bodha
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 1954, é jornalista formado na Universidade de Rennes, na França. Exerceu, entre 1991 e 1995, o cargo de Diretor-Geral da “Mauritius Broadcasting Corporation”. Desde 1996, é Secretário-Geral do “Militant Socialist Movement”. Em 2000, elegeu-se parlamentar. Comandou, entre outubro de 2003 e julho de 2005, o Ministério da Agricultura e, entre maio de 2010 e julho de 2011, o Ministério do Turismo e Lazer.

MAPA DE MAURÍCIO



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Port Louis
ÁREA	2.040 km ²
POPULAÇÃO	1,37 milhão
IDIOMAS	A língua oficial é o inglês, sendo o francês e o creole bastante difundidos.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísta (52%), católica romana (23%), muçulmana (17%).
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Prithvirajsing Roopun (desde dezembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Pravind Jugnauth (desde janeiro de 2017, reeleito em novembro de 2019)
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Nandcoomar Bodha (desde 2019)
PIB nominal	US\$ 13,33 bilhões
PIB PPP	US\$ 28,27 bilhões
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 22.300
IDH	0,796 (66º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	91,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia Mauriciana
EMBAIXADOR EM PORT LOUIS	Nedilson Jorge (Residente em Pretória)



0,02%

Part. nas Exportações
2019

116º

Ranking de Exportações
2019

0,0005%

Part. nas Importações
2019

136º

Ranking de Importações
2019

Fonte: Ministério da Economia

Principais indicadores socioeconômicos de Maurício

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,90%	3,90%	3,93%	4,01%	4,01%
PIB nominal (US\$ bilhões)	12,15	12,43	13,30	14,22	15,13
PIB nominal "per capita" (US\$)	9.613	9.794	10.437	11.114	11.778
PIB PPP (US\$ bilhões)	25,96	27,46	29,19	31,02	32,89
PIB PPP "per capita" (US\$)	20.542	21.640	22.910	24.248	25.614
População (milhões habitantes)	1,264	1,269	1,274	1,279	1,284
Desemprego (%)	7,30%	6,90%	6,60%	6,23%	6,16%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,34%	4,21%	5,88%	4,75%	4,15%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,37%	-6,02%	-7,37%	-8,73%	-6,66%
Dívida externa (US\$ bilhões)	17,95	19,70	20,84	22,32	23,10
Câmbio (MRs / US\$) ⁽²⁾	36,01	33,48	33,80	34,57	33,89

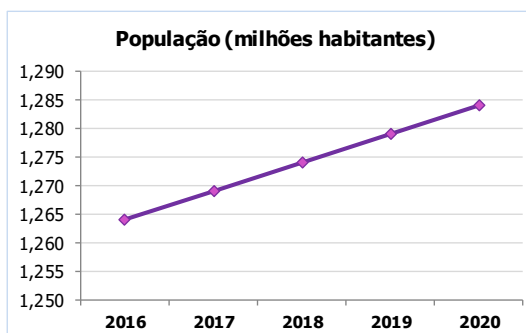
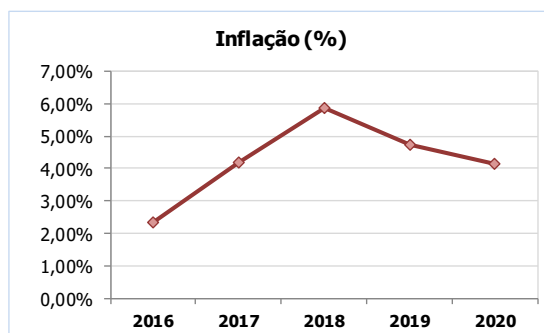
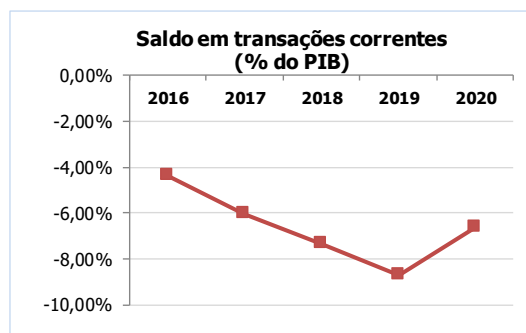
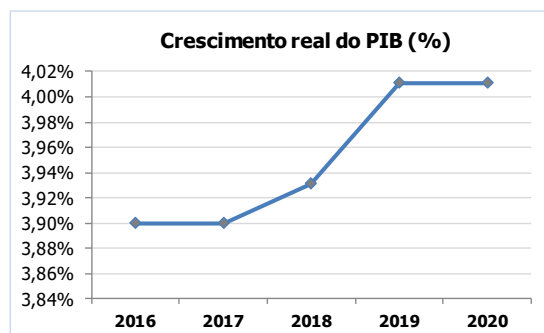
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	4,0%
Indústria	21,8%
Serviços	74,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas.

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil.

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil.

2013 – Visita do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, a Maurício.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1498 - Exploradores portugueses chegam a Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança.

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu Chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e Conde de Nassau.

1715 – França reivindica soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France.

1810 - Forças britânicas derrotam a França e tomam controle de Maurício.

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar a Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar.

1968 – Independência nacional. A monarca britânica mantém-se como Chefe de Estado.

1982 – Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995.

1992 – Adoção do regime republicano.

1995 – Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro.

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez.

2000 – Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2003 – Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não hindu da ilha.

2005 – Navin Ramgoolam volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2008 – Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República.

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente.

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro.

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

2017 – Pravind Jugnauth sucede seu pai como Primeiro-Ministro de Maurício.

2018 – Ameenah Gurib-Fakim renuncia à Presidência, que passa a ser exercida pelo então Vice-Presidente, Paramasivum Vyapoory.

2019 – Pravind Jugnauth é reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro, e Prithvirajsing Roopun é eleito Presidente pela Assembleia Nacional.